

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**LUANA RODRIGUES DOS SANTOS**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
BOLSA FAMÍLIA: HISTORICIDADE E EFEITOS DE SENTIDO**

**Panambi, Maio de 2015.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**LUANA RODRIGUES DOS SANTOS**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
BOLSA FAMÍLIA: HISTORICIDADE E EFEITOS DE SENTIDO**

Trabalho de conclusão de curso de especialização apresentado como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Gestão Pública.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosimeri de Fátima Carvalho da Silva**

**Panambi, Maio de 2015.**

*A fingida caridade do rico não passa,  
da sua parte de mais um luxo; ele  
alimenta os pobres como cães e  
cavalos.*

*(Jean-Jacques Rousseau)*

## **RESUMO**

O trabalho que segue destina-se a análise de sequências discursivas sobre o programa governamental Bolsa Família. A análise terá como teoria norteadora a Análise do Discurso francesa fundada por Michel Pêcheux, esta preocupa-se em explicar através do tripé Linguística, Materialismo histórico e Psicanálise a língua fazendo sentido, permanentemente interpelada pela ideologia. O corpus de análise é construído com charges alusivas ao programa, extraídas da internet, que já estiveram presentes nas redes sociais, revistas e jornais, é a partir delas que a análise se desenvolve. Além disso, são apresentados características do programa e conceitos indispensáveis à compreensão das análises. A pesquisa tem um efeito de fechamento a partir da reflexão do contexto político histórico em que a política social em discussão se insere.

Palavras-chave: Bolsa Família. Efeito de sentido. Discurso. Análise do Discurso.

## **ABSTRACT**

The work that follows is intended for analysis of discursive sequences on the government program Bolsa Familia. The analysis will have as guiding theory the French Discourse Analysis founded by Michel Pêcheux, it is concerned to explain through Linguistics tripod, historical materialism and psychoanalysis the language making sense, constantly challenged by ideology. The analysis corpus is built with cartoons depicting the program, taken from the internet, which were already present in social networks, magazines and newspapers, it is from them that the analysis is developed. In addition, the program features are presented and concepts essential to the understanding of the analysis. The poll has a closing effect from the reflection of the historical political context in which social policy discussion falls.

Keywords: Bolsa Familia. Effect of sense. Speech. Discourse analysis.

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
1.1. Justificativa .....	7
1.2. Objetivos .....	8
1.2.1 Objetivo Geral.....	8
1.2.2 Objetivos Específicos .....	8
<b>2. METODOLOGIA.....</b>	<b>10</b>
<b>3. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>11</b>
3.1. Sociedade.....	11
3.2. O Estado.....	12
3.3. O Modelo Capitalista de Sociedade.....	13
3.4. Democracia.....	14
3.5. Políticas Públicas e Bolsa Família .....	14
3.6. Senso Comum .....	16
3.7. O Gênero Textual Charge.....	17
<b>4. ANÁLISE DO DISCURSO.....</b>	<b>19</b>
4.1. Sujeito, Sentido e Ideologia .....	20
4.2. O Texto e sua Relação com o Discurso.....	21
4.3. Condições de Produção.....	22
4.4. Formação Discursiva e Formação Ideológica .....	23
4.5. Interdiscurso e Memória Discursiva .....	24
4.6. Autoria e Esquecimentos .....	25
4.7. O Real, O Simbólico e O Imaginário .....	26
<b>5. ANÁLISES E DISCUSSÕES.....</b>	<b>28</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>41</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>43</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A interação social se constrói a partir de discursos carregados de ideologias que se misturam e se cruzam. Parece simples num primeiro momento a afirmativa inicial, entretanto numa reflexão mais atenciosa percebe-se que os entrecruzamentos e as ideologias acontecem num processo bastante complexo atravessado pelas mais diversas formações discursivas e ideológicas.

Nossas opiniões são construídas a partir de nossa ideologia, que segundo a teoria a ser mobilizada “é a condição para a constituição do sujeito”, visto que os sentidos acontecem a partir da interpretação que não é possível destituída da ideologia. O que nos inquieta, e nos provoca para a análise, é a pluralidade de discursos sobre um mesmo tema, quais são os lugares ocupados por esses sujeitos, e para responder tais questões recorreremos a Análise de Discurso de vertente francesa que tem como fundador Michel Pêcheux.

Interessa-nos entender com as análises, como os discursos variam de acordo com a posição do sujeito na sociedade. Mostrar como a formação dos enunciados não é inocente ou inofensiva e sim carregada de intenções, já que os integrantes da sociedade não possuem somente atributos físicos diferenciados, como também ideologias construídas a partir de seus lugares sociais, estas vão situar seus discursos em relação aos discursos dos demais sujeitos.

A partir dessas inquietações com o discurso é que surge então nosso objeto: a Política Pública (P.P) Bolsa Família. Entendemos ser possível com esse objeto, imensamente plurissignificativo, analisar a constância de discursos e a posição dos sujeitos que os enunciam nas mais diversas situações e meios.

A escolha do objeto, de forma alguma foi aleatória, ela vai ao encontro do que o curso de Gestão Pública propunha ao longo do seu desenvolvimento, análises sobre as práticas no setor público e o comportamento dos sujeitos que fazem parte desse processo, seja internamente como servidor, externamente como beneficiário ou não beneficiário . As políticas públicas suscitam reações diversas, principalmente aquelas que promovem a distribuição de renda como é o caso da P.P Bolsa Família.

Diante do exposto entendemos que a pertinência do objeto está na polêmica que causa ao ser colocado em pauta. Pretende-se compreender os efeitos de sentido dos discursos sobre o Bolsa Família, bem como sua definição enquanto Política Pública dentro de nosso sistema governamental, isto é, tanto da sua legalidade quanto como são recebidas pelos beneficiários, agentes públicos e principalmente os grupos que se opõe à política e passam a produzir discursos contrários a essa política.

O trabalho apresenta capítulos seguindo uma sequência estruturada a conduzir o leitor ao melhor entendimento da teoria e dos conceitos a serem mobilizados, para que no momento das análises o sujeito-leitor já esteja com a base necessária para a compreensão de tudo o que é mobilizado efetivamente enquanto analisamos o corpus.

### **1.1 Justificativa**

Não raro, na conjuntura atual, nos depararmos com discussões assíduas sobre a Política Pública Bolsa Família. De modo geral, a maior parte das pessoas possui uma opinião formada sobre este assunto e defende a mesma da forma que melhor lhe parece. Argumentos usados? Diversos, que variam de acordo com determinadas condições a serem analisadas na pesquisa.

No período pós-eleição, o resultado das urnas foi atribuído em grande parte a essa Política Pública, muitas pessoas conferiram que esse efeito se deu em função da popularidade do programa e às pessoas que foram por ele beneficiadas, em outras palavras, os beneficiados defenderam o Bolsa Família e evidenciaram isso através dos votos.

Algumas afirmações em relação ao que foi supracitado tomaram caráter bastante agressivo e preconceituoso, sujeitos enunciando de forma irresponsável o que melhor caracterizasse sua opinião, sem se dar conta da forma inconsequente que enunciavam, o que lhes interessava era transmitir aos seus e aos outros sua ideologia e propagar seus discursos.

Partindo da concepção de que os discursos são carregados de intenções e significam de forma plural, pois os sujeitos são diferentes ideologicamente,

entendemos que uma análise destes discursos é instrumento esclarecedor para a compreensão do quanto a linguagem não nos é transparente e como assujeitados por uma ideologia enunciamos de uma forma e não de outra.

A presente pesquisa se justifica também por desvendar o porquê do Bolsa Família adquirir esse caráter tão controverso quando colocado em pauta, considerando, à luz da AD, os processos e as condições por meio dos quais se produz a linguagem. Podemos dizer então que, observando a teoria Análise do Discurso, levaremos em conta a exterioridade e a historicidade ao analisar seus enunciados.

Outra motivação importante é o fato deste programa ser um dos mais populares e de maior alcance da população de baixa renda, trazendo desta forma a necessidade de uma discussão efetiva sobre as diversas opiniões/discursos que são disseminados todos os dias por diferentes fontes e sujeitos, um estudo desse tipo contribuiria significativamente no que se refere à sociedade e suas posições ideológicas. Este último é aspecto fundamental nos estudos da AD, pois conforme postulam seus teóricos: não há discurso destituído de ideologia.

A que se atentar ainda ao fato da utilidade que uma pesquisa que não só tenta entender os discursos sobre este programa social como também busca explicar, o que é esta Política Pública denominada Bolsa Família, quem são os beneficiários, quais as condicionalidades e critérios para o recebimento, dentre outros aspectos.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Analisar à luz da teoria francesa de Análise do Discurso os efeitos de sentido dos enunciados sobre a Política Pública de distribuição renda denominada Bolsa Família.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- Definir/explicar a política social Bolsa Família;
- Observar quais são os discursos sobre objeto de pesquisa;



- Atentar quais são os mais recorrentes e populares e como isso acontece;
- Desvendar à luz da teoria quem é o sujeito “por trás” destes discursos;
- Verificar se existe uma constância de posições ideológicas nos discursos analisados.

## 2. METODOLOGIA

A presente pesquisa tem caráter qualitativo visto que não busca medir nem enumerar eventos e sim descrever estes, trazidos aqui como enunciados, mediante o contato do pesquisador com o objeto de estudo, procurando entender os fenômenos a partir da situação para posteriormente conduzir a sua interpretação.

Reitero que o método de análise a ser aplicado será o de Análise do Discurso que se desenvolverá através da observação de sequências discursivas em formato de charge que nos oferecem várias possibilidades de análise, pois além do texto escrito neste tipo de texto temos o visual, isto é, a ilustração que sem dúvida é efetivo instrumento transmissor de discurso.

Após coletar um número significativo de charges serão selecionadas as que trazem sequências discursivas que mais se assemelham e tem mais ocorrência do mesmo discurso, posterior a isso será então realizada a análise minuciosa de cada enunciado observando e aplicando a cada um deles o que traz a teoria de Michel Pêcheux, novamente: a Análise do Discurso.

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo trataremos de conceitos que serão mobilizados no decorrer do trabalho, imprescindíveis para compreensão das posteriores análises, tendo estes como indispensáveis para que o leitor compreenda quais definições adotamos para inferir os efeitos de sentido do sujeito-autor das sequências discursivas.

#### 3.1 Sociedade

A definição de sociedade é indispensável para que se entenda o objeto de estudo e as análises posteriores, visto que estes discursos se constroem dentro de uma organização social. Poderíamos aqui trazer uma definição simples e sucinta do termo, no entanto entendemos que temos muitas definições clássicas na literatura para nos determos a uma somente. Sendo assim optamos por explicitar pelo menos três que consideramos as mais esclarecedoras.

Löwy (1995) traz a definição dada por Émile Durkheim, para este último a sociedade é um conjunto de regras e normas pré-estabelecidas, que independem do indivíduo, isto significa que seremos moldados pela sociedade, as leis sociais existem independente do ser social, prestam-se a manutenção da ordem e do bem comum.

O mesmo autor traz a definição em Weber, este ao contrário de Durkheim não entende a sociedade com um ente para além e acima do indivíduo e sim define que tudo que foi convencionado na sociedade foi constituído pelo sujeito social e se transforma nas relações estabelecidas entre eles. Dessa forma, as leis sociais estabelecidas têm a ver com as motivações dos mesmos e com o sentido que atribuem às suas ações em relação ao outro com quem interagem.

E por fim Löwy (1995) nos traz a definição de Marx ao termo sociedade, esta se opõe a concepção Weberiana, pois considera que priorizar o indivíduo e suas motivações sociais sem observar as condições materiais das quais parte, não é possível chegar a nenhuma conclusão. São as relações de produção que possibilitam entender o modelo de sociedade existente. Isto significa que a sociedade se constitui a partir do modo como os homens produzem, o modo como

se transformam através do trabalho e como se associam as relações entre os detentores dos meios de produção e os que não são proprietários.

É a definição Marxista de sociedade que iremos adotar nessa pesquisa, isto é, a ideia de que a sociedade é constituída pelas relações de produção e as posições dos sujeitos nestas. A escolha não é de forma alguma coincidência ou leviana, ela se dá em função da perfeição com que Marx define a sociedade capitalista, e a partir dessa definição que iremos situar e analisar nossos discursos.

### **3.2 O Estado**

Poderíamos ter tratado o conceito de sociedade juntamente com o de Estado, mas preferimos separá-los, visto que entendemos que cada um deles merece uma atenção especial e detalhada. Recorreremos novamente a definições de Marx e Weber por entendermos serem estas as melhores conceituações para o termo.

Em Coelho (2009) encontramos Estado como a organização que exerce o poder supremo sobre o conjunto de indivíduos que ocupam determinado território, poder esse entendido como a capacidade de influenciar a ação e o comportamento das pessoas. Dessa afirmação o mesmo autor faz emergir o que seria poder legítimo, isto é o uso da força e da coerção pelo Estado em nome de uma legitimidade reconhecida pela população para administrar a justiça, cobrar impostos, julgar e punir os infratores de regras comuns.

Baseadas em Weber (1999) podemos dizer que o Estado é caracterizado por deter o monopólio da violência e do constrangimento físico legítimo sobre um determinado território. Consiste numa relação de dominação do homem sobre o homem, sob a condição de que os homens dominados se submetam à dominação.

Campos (2001) apoia-se em Marx e Engels para nos elucidar sobre o que seria o Estado, temos então que ambos defendem que o Estado se desenvolve com a divisão social do trabalho e é um reflexo da base econômica da sociedade, no nosso caso o sistema capitalista. O Estado modera os conflitos entre classes antagônicas e as mantém dentro dos limites da ordem social.

Ratificando o supracitado Chauí (1984) afirma que o Estado aparece como a realização dos interesses gerais, no entanto é formado pela camada mais forte e

poderosa da população, preservando os interesses desta classe dominante de forma anônima, através de leis que o fazem parecer como um poder que não pertence a ninguém. Entendemos ser esta a definição ideal para o termo Estado sendo adotada por nós em demais pontos da pesquisa.

### **3.3 O modelo capitalista de sociedade**

É possível que a maioria das pessoas não pare para pensar na definição de capitalismo, os indivíduos são inseridos nesse modelo sem se quer refletir sobre o mesmo, apenas repetem comportamentos. Há uma tendência no que se refere ao termo capitalismo, frequentemente ele tem sido substituído por outras nomenclaturas como sociedade de mercado, economia de mercado entre outros, essas substituições se dão em função do caráter forte da palavra capitalismo.

Bresser (2005) empresta-nos a definição dada por Marx ao capitalismo, de acordo com o segundo este é o sistema econômico no qual os meios de produção estão historicamente separados dos trabalhadores dando origem à burguesia que é que detém o capital e a uma classe de trabalhadores ou proletariados que vendem sua força de trabalho em troca de um salário.

(...) as sociedades do século XXI continuam sendo capitalistas, apesar da enorme mudança que sofreram. A economia continua a ser essencialmente coordenada pela competição de mercado. A motivação do lucro ainda é primordial, e a acumulação de capital com incorporação do progresso técnico continua sendo o meio por excelência de obter lucros. (Bresser, 2005, p. 135)

A partir dessa definição é possível de antemão entender por que os discursos diferem, não há como haver uma convergência em uma sociedade dividida em classes: ricos e pobres. Cada grupo enuncia de acordo com a posição social que ocupa no sistema, e há ainda aqueles que mesmo ocupando lugar em determinado grupo, adotam discursos diversos do grupo social ao qual pertence. O que queremos dizer nesta última afirmação é que apesar da sociedade estar dividida em classes, não há uma unificação de ideologia nelas, pois por vezes, o empregado adota e dissemina o discurso do “patrão”.

### **3.4 Democracia**

A democracia assim como o capitalismo é algo tão natural em nosso cotidiano que não há uma reflexão sobre o termo. Comumente evocamos a mesma por ela fazer parte da nossa sociedade de forma natural e quase despercebida, são atos comuns os de democracia.

Mesmo parecendo que todos a exercem tão naturalmente, optamos por defini-la com o auxílio do dicionário virtual de ciências sociais: democracia é uma forma de organização do governo na qual os cidadãos encontram espaços para manifestar suas opiniões sobre questões de interesse de sua comunidade, tais opiniões produzem efeitos sobre as decisões políticas, isto é, as decisões que afetam a todos. Por fim, esse tipo de sistema de governo oferece ao povo escolher os representantes do governo através do sufrágio universal, significa dizer que a população não governa diretamente e sim por meio de representação, espera-se então que esses representantes faça valer os direitos individuais e coletivos dos cidadãos.

### **3.5 Políticas Sociais e Bolsa Família**

Em uma sociedade regida pelo capital e dividida em classes as desigualdades são inevitavelmente instaladas. Diante disso, a forma que o Estado encontra de diminuí-las é através da adoção de medidas que promovam o mínimo de equidade e de condições dignas de sobrevivência, essas medidas são chamadas de Políticas Públicas.

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico e econômico. (Endereço Eletrônico do Governo do Estado do Paraná/ Sec. Meio Ambiente).

Encontramos ainda outras definições de Políticas Públicas em Souza (2003) que explora pelo menos três definições: Lynn (1980) trata Políticas Públicas como o

conjunto de ações que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) define como sendo a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) por fim sintetiza a definição de Política Pública como sendo aquilo que o governo escolhe fazer ou não fazer.

Diante do exposto podemos dizer que as Políticas Públicas são o estágio em que os governos traduzem e colocam em prática seus propósitos eleitorais por meio de programas e ações que visam produzir resultados e mudanças no mundo real, é uma solução para os problemas demandados definindo quem ganha o que e por que, é o que veremos a seguir.

Para uma melhor compreensão das políticas há que se entender que o capitalismo é sem dúvida o grande responsável pelas desigualdades sociais, pela divisão da sociedade em ricos e pobres. O Estado por sua vez tem o papel de intermediador entre as duas classes, reduzindo cada vez mais as disparidades econômicas, em outras palavras, o Estado deve ter o intuito de remediador dos danos causados pelo nocivo sistema econômico baseado no capital.

O Brasil tem sofrido historicamente com a má distribuição de renda, por isso a necessidade de criar políticas sociais compensatórias para um eficiente funcionamento da sociedade. É necessário perceber a pobreza como fenômeno estrutural decorrente da dinâmica histórica no desenvolvimento do capitalismo. O Estado, com o objetivo de diminuir as diferenças, desenvolve políticas sociais que se destinam a atender aos direitos e necessidades universais estabelecidas constitucionalmente, como Educação, Saúde e Trabalho.

Uma das formas de alcançar essa diminuição são os programas de transferência de renda, estes são importantes instrumentos no enfrentamento da pobreza e das desigualdades, bem como uma possibilidade de dinamização da economia, o Bolsa Família é um desses programas, que objetiva contribuir para o atendimento de necessidades sociais básicas da população.

Criado em 2004 através da lei nº 10.836 o programa Bolsa Família faz a transferência de renda mediante algumas condicionalidades, isto é, para recebê-lo o beneficiário deve obedecer algumas regras, tais como: filhos matriculados na escola

e com frequência escolar, submeter-se a uma pesagem semestral, manter o cadastro atualizado com número de componentes da família, vacinação em dia, dentre outras. Observemos a definição do Ministério do Desenvolvimento Social:

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos (...) O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. (Site do Governo Federal/Ministério do Desenvolvimento Social).

Sendo assim, o Bolsa Família caracteriza-se como importante instrumento no alívio da pobreza, ele permite que as família beneficiadas tenham condições melhores de sobrevivência até que consigam se inserir no mercado de trabalho e garantir seu sustento e de sua família.

### **3.6 Senso Comum**

Uma definição de senso comum é conceito relevante nessa pesquisa dado o caráter de análise do trabalho: discursivo. Os discursos são construídos e incorporados coletivamente, no âmbito social e cultural, sendo assim, precisamos compreender qual é o alcance deste na sociedade e como foi definido por um dos principais estudiosos da temática.

Senso comum numa primeira definição pode ser entendido como o modo de pensar da maioria das pessoas, Vaz (2013) afirma que este é o conhecimento adquirido pelo homem com suas experiências, vivências e observações de mundo, são os conhecimentos e noções comumente admitidas pelos indivíduos.

Ao longo da história o senso comum foi assunto recorrente em discussões no que concerne à divergência entre o conhecimento que ele fornece e conhecimento



científico. René Descartes em seu livro “Discurso sobre o método” propõe diferenciar senso comum de bom senso. Segundo Alves (2011)

O seu livro “Discurso sobre o método” começa com a seguinte constatação irônica: “O bom senso é a coisa mais bem distribuída do mundo. Ninguém acha que tem bom senso de menos, pois todo mundo acha que tem bom senso demais” (estou citando de memória). Mas o que acontece quando um bom senso se choca com outro bom senso? Como podemos medir qual é o bom senso mais acertado? Qual a diferença entre o bom senso e o senso comum? (Alves, 2011...)

Descartes, conforme Alves (2011) buscava superar este juízo sem reflexão que era povoado pela ignorância, os preconceitos, superstições transmitidas pela igreja, através da razão. Afirmava que esta era a base para se alcançar o conhecimento, este último tratado como resultado da experimentação, o que significa pesquisar empiricamente, historicamente utilizando-se de métodos científicos de análise. Muitas das descobertas responsáveis pela melhoria da qualidade de vida das pessoas se devem a racionalidade cartesiana e iluminista<sup>1</sup>.

Salientamos que existem teóricos que defendem a ideia que somente através do senso comum conseguimos chegar ao conhecimento científico, entretanto não cabe aqui esta discussão. O que deve permanecer é o conceito mencionado no início desta explanação, o de senso comum como conhecimento irreflexivo, de juízo sem análise. É a este que estaremos mobilizando quando mencionarmos este termo em nossas análises.

### **3.7 O gênero textual Charge**

Nossas análises discursivas terão como corpus as charges, dessa forma se faz necessário entender um pouco mais sobre esse gênero discursivo. De forma breve poderíamos definir a charge como desenho exagerado característico da caricatura que tem por objetivo satirizar algumas situações.

A charge é sim um meio de crítica através do humor, entretanto para entendê-la é necessário conhecimento de mundo, com este é possível ativar aquilo que

---

<sup>1</sup> Iluminismo: René Descartes foi um dos principais precursores do Iluminismo, movimento intelectual que surgiu durante o século XVIII na Europa, que defendia maior liberdade econômica e política.

chamamos de intertextualidade, isto é, o diálogo entre os textos, a mobilização de um permite entender o outro, Silva (2013) sintetiza a definição de charge:

O termo charge é francês, vem de charger, carregar, exagerar e até mesmo atacar violentamente (uma carga de cavalaria). Este tipo de texto tem caráter temporal, pois trata do fato do dia. Dentro da terminologia do desenho de humor pode-se destacar, além da charge, o cartum (satiriza um fato específico de conhecimento público de caráter atemporal), a tira, os quadrinhos e a caricatura pessoal. A charge será alvo do estudo por trazer, em uma análise superficial, implícita a história e a presença do interdiscurso. Ela é o local escolhido pela ironia, metáfora (transferência), pelo contexto, pelo sujeito, para atuar. Por ser combativa, tem lugar de destaque em jornais, revistas e na Internet. Portanto, ampla poderá ser a leitura interpretativa por nela se constatar a presença da linguagem, da história e da ideologia (SILVA, 2004, p. 13).

Sem dúvida alguma, os discursos encontrados nas charges vão ao encontro do que buscamos em nosso trabalho, já que a Análise do Discurso tem como pilares estruturantes linguagem, história e ideologia.

#### 4. ANÁLISE DO DISCURSO

Este capítulo, ainda de referencial teórico, foi separado do anterior, pois se destina a examinar e explicar parte significativa da teoria mobilizada durante as análises. Apresentam-se as noções fundamentais da mesma, explicadas de forma objetiva para um ideal entendimento por parte do sujeito-leitor.

A Análise Do Discurso (AD) francesa, teoria que norteará nossa pesquisa, tem como fundador Michel Pêcheux, que buscou em seus estudos desenvolver um método de análise que entendesse os discursos como processos, conforme a própria palavra já antecipa como curso, percurso, movimento.

No Brasil temos como principal difusora da Análise do Discurso francesa a teórica Eni Orlandi, a qual nos auxiliará a explicar de forma mais aprofundada a teoria. A obra de Pêcheux, segundo a autora supracitada, procura compreender a língua fazendo sentido, não trabalha com a língua enquanto sistema abstrato, mas com ela significando no mundo, considerando fatores como condições de produção. Isso leva o analista de discurso a relacionar a linguagem à sua exterioridade, fator que diferencia a AD dos demais estudos da linguagem.

Orlandi (2005) explica que o discurso na presente teoria é entendido como efeito de sentido entre locutores. Criticando a ideia de evidencia de sentido e o sujeito intencional que estaria na origem do sentido. Os sujeitos são atravessados pela ideologia que se materializa através da linguagem.

Pêcheux (1993) situa sua teoria em três regiões do conhecimento. A Linguística pela colocação em causa dos pressupostos estruturalistas, especialmente o aspectos de imanência da língua, que deixou de lado a exterioridade. O materialismo histórico, por meio da releitura que Althusser faz de Marx, com a concepção que há um real da história que não é transparente pelo sujeito, uma vez que ele é assujeitado pela ideologia. E a psicanálise, através da leitura que Lacan faz de Freud, com a ideia do sujeito na sua relação com o simbólico, entendendo o inconsciente estruturado por uma linguagem, registra Gregolin (2003).

## 4.1 Sujeito, Sentido e Ideologia

A partir da compreensão do quadro epistemológico, discorreremos sobre o quadro conceitual da mesma. Elencamos noções como a de discurso, condições de produção, formação ideológica, formação discursiva, interdiscurso, sujeito, dentre outros, a fim de explicitar com quais noções trabalharemos na análise do corpus.

Começamos pelo que se entende por sujeito em AD, na teoria do discurso abandonamos a categoria do sujeito empírico, do indivíduo. O sujeito aqui tratado é o sujeito do inconsciente, trazido por Jacques Lacan. Além disso, ele é também sujeito da ideologia, ambos são revestidos pela linguagem e nela se materializam, afirma Leandro Ferreira (2005, p. 18). Esse sujeito, que é um sujeito imaginário, é efetivamente, outro: pensa por outro, fala por outro e age por outro.

Orlandi (2005, p. 46) salienta que a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos, isto é, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que produza seu dizer. A partir disso, se faz necessário perceber que sujeito e sentido se constituem mutuamente, logo, um depende do outro para ter e fazer sentido.

Entende-se então que o sujeito é assujeitado pela ideologia, uma vez que ele é interpelado por ela em seu dizer. Ele enuncia de uma determinada posição, do lugar social que ocupa, e por isso o sentido não parte dele, pois ele sempre está em confronto com sentidos de outras posições. O sujeito se constitui pela ideologia e isso faz com que nele se produzam os sentidos.

Sendo assim, afirmamos que a AD se apoia na reflexão que produz sobre sujeito e sentido ao considerar que, ao significar, o sujeito significa. (Orlandi, 1994 p. 55). O sentido não é o literal e não está fixado, não existe uma essência de sentido, a determinação do sentido é histórica. Sobre a afirmativa Leandro Ferreira postula:

o sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe em si mesmo, só pode ser constituído em referência às condições de produção de um determinado enunciado, uma vez que muda de acordo com a formação ideológica de quem o re(produz, bem como de quem o interpreta. O sentido nunca é dado, ele não existe como um produto acabado, resultado de uma possível transparência da língua, mas está sempre em curso, é movente e se produz dentro de uma determinação histórico-social, daí a necessidade de se falar em efeitos de sentido. (2005, p. 21)

Diante disso, entendemos que a Análise do Discurso é contrária a ideia de imanência do sentido, não há sentido inerente à palavra, isto é, o sentido sempre pode ser outro dependendo das condições de produção em que foi enunciado. Partindo dessa declaração temos que o texto captura e transforma a infinidade de sentidos em uma completude momentânea, dado que o discurso faz muito mais do que o seu enunciador pretendia. É o que veremos ao estudar a unidade de análise: o texto, e sua relação com o discurso.

#### **4.2 O Texto e sua relação com o Discurso**

A Análise do Discurso tem como objeto de estudo o discurso, porém para chegar a ele é preciso utilizar-se da unidade de análise que é o texto. O texto é a materialidade pela qual o analista de discurso pode chegar até seu objeto de análise. Para a AD, o linguístico é muito importante, mas o que lhe interessa é o extralinguístico, considerado por ela inerente ao texto, conforme Orlandi (1995, p. 110). Faz-se necessário ainda entender a relação entre texto e discurso. Sobre a questão, a autora afirma:

O que caracteriza a relação entre discurso e texto é o seguinte: eles se equivalem, mas em níveis conceituais diferentes. Isso significa que o discurso é tomado como conceito teórico metodológico e o texto, em contrapartida, como o conceito analítico correspondente. Há, portanto, uma relação necessária entre eles (ORLANDI, 1987, p. 158).

Dessa forma, é importante salientarmos que discurso e texto não são a mesma coisa, embora muitas teorias os tratem como sinônimos. O que há entre eles conforme mencionado acima é uma relação, é o texto que possibilita o discurso.

O texto visto na perspectiva do discurso, não é uma unidade fechada, embora, como unidade de análise, ele possa ser considerado uma unidade inteira, pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação) com o que chamamos de exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer) (ORLANDI, 1995, p. 110).

Temos então que é no texto que se inscrevem as múltiplas possibilidades de leitura, uma vez que ele é aberto, sujeito a diversas interpretações ao longo do tempo. Sua forma, com começo, meio e fim é apenas um efeito de sentido de fechamento. Na realidade, o texto é um objeto incompleto se considerarmos os diversos sentidos que o sujeito poderá mobilizar a partir desse objeto. Sendo assim, não interessa ao analista os aspectos formais do texto, estes são garantidos pelas regras da língua, e sim a materialidade histórica desse objeto, isto é, sua exterioridade constitutiva, levando-se em conta as condições de produção.

Orlandi (2004) considera que um texto é um objeto linguístico-histórico, no qual o linguístico intervém como pressuposto. Rasia (2006, p. 204) complementa “é o nó que marca o ponto de encontro com os outros textos que lhe antecedem e, ao mesmo tempo, projeta os que poderão sucedê-lo porque instaura o espaço de interlocução.”

### **4.3 Condições de Produção**

As condições de produção abrangem essencialmente os sujeitos e a situação. Segundo Orlandi (2005), se as considerarmos em sentido estrito, teremos as circunstâncias da enunciação, isto é, o contexto imediato; já se as pensarmos em sentido amplo, as mesmas incluirão o contexto sócio-histórico, ideológico.

Ao enunciarmos, vários fatores externos influenciam nosso dizer como, por exemplo, nossas crenças, o lugar social que ocupamos, o contexto histórico social. Todos esses aspectos nos fazem enunciar e produzir sentidos de uma forma e não de outra.

Ao tratarmos de condições de produção, estamos falando daquilo que é extralinguístico, isto é, a chamada exterioridade constitutiva do discurso. Em AD, não é possível deixar esse conceito de lado; fazer isso significa deixar de lado o sentido histórico e social do discurso. As condições de produção estão fortemente ligadas à ideologia e para entendermos o que é ideologia e como esta funciona na AD é preciso um entendimento sobre Formação Discursiva (FD) e Formação Ideológica (FI).

#### 4.4 Formação Discursiva e Formação Ideológica<sup>2</sup>

Antes de tratar desses dois conceitos de nosso estudo, é necessário que entendamos o que é ideologia, visto que a mesma é imprescindível para a AD. Orlandi (2005) postula que, diante de qualquer objeto simbólico, somos levados a interpretar, fazendo questionamentos como: o que isto quer dizer? A resposta é evidente e automática, essa evidência de sentido é ideológica, pois ao interpelar o o sujeito em sujeito ideológico e fazê-lo produzir esse efeito de unidade, a ideologia produz um processo de naturalização dos sentidos. Conforme Orlandi (1995):

Ocorre uma “simulação (e não ocultação de conteúdos) em que são construídas transparências (como se a linguagem não tivesse sua materialidade, sua opacidade) para serem interpretadas por determinações históricas que aparecem como evidências empíricas. (Orlandi 1995 p.10)

Diante do que foi mencionado acima, temos que a ideologia produz evidências, e sua característica comum é a de dissimular sua existência no interior do seu próprio funcionamento. Em suma, a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos, afirma Orlandi (2005). Ainda segundo a mesma autora:

Por sua vez, a evidência do sujeito - a de que somos sempre já sujeitos - apaga o fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. Esse é o paradoxo pelo qual o sujeito é chamado à existência: a interpelação pela ideologia (ORLANDI, 2005, p. 46).

Formação Ideológica, segundo Pêcheux (apud Cazarin 1998, p. 34), “é entendida como um complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas se relacionam mais ou menos às posições de classes em confronto umas com as outras.” É a maneira como o sujeito vê o mundo e se apropria de determinadas ideias, isto é, uma FI estabelece uma visão de mundo através da linguagem do sujeito que enuncia.

---

<sup>2</sup> Este subitem, assim como os próximos, 4.5, 4.6 e 4.7, foram retirados do Trabalho de Conclusão de Curso de Luana Rodrigues dos Santos intitulado: “Comerciais da Polar Export: bairrismo e efeitos de sentido”. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

Entendemos que os discursos produzidos em um mesmo contexto e sobre o mesmo assunto apresentarão variações de acordo com a formação ideológica de cada sujeito. Podemos falar em uma formação ideológica colonialista, uma formação ideológica capitalista, neoliberal, socialista, religiosa etc.

Uma FD, por sua vez, é a projeção na linguagem da formação ideológica. Orlandi (2005, p. 43) sintetiza: “a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio histórica dada - determina o que pode e deve ser dito”. Sendo assim, uma FI pode compreender várias formações discursivas.

Brandão (s/d) nos traz o exemplo de que os militantes de um mesmo partido político devem ter uma ideologia comum e uma linguagem comum, caso alguém passe a falar algo diferente desse ideário, este será considerado um dissidente, podendo até ser expulso do partido.

As palavras têm seus sentidos determinados pelas formações discursivas em que se inscrevem. É por esse motivo que uma determinada palavra faz sentido de um jeito e não de outro, dependendo da formação discursiva em que se inscreve o sujeito.

Desses dois conceitos é que resulta a noção de que os sentidos são sempre determinados ideologicamente. Tudo o que dizemos possui um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. Logo, conforme Orlandi (2005), inferimos que o estudo do discurso explicita a maneira como linguagem e ideologia se articulam, e se afetam em sua relação recíproca.

#### **4.5 Interdiscurso e Memória Discursiva**

Orlandi (2005 p. 31) trata o interdiscurso como memória discursiva, definindo que o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. É aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Assinalamos, ainda, que é lá que se encontram os dizeres, na rede de dispersão.

O interdiscurso é constituído de todo dizer já-dito. Ele é o saber, a memória discursiva. Aquilo que preside todo dizer. Ressaltamos que é pelo funcionamento do



interdiscurso que o sujeito não percebe seu assujeitamento, uma vez que pelo efeito de transparência esse assujeitamento se apresenta sob a forma de autonomia.

Enquanto Orlandi trata interdiscurso e memória discursiva como sendo equivalentes, Cazarin faz uma diferenciação entre eles, tratando o primeiro como aquilo que abarca o já dito e o a dizer, e o segundo como aquilo que já está na cadeia do que já foi dito, não atingindo o que está por ser dito.

talvez seja o caso de compreendermos que o interdiscurso fornece elementos para a reconstituição/restabelecimento da memória discursiva, que é da ordem do interdiscurso, mas que, para produzir sentidos, precisa ser mobilizada pela posição-sujeito. Mobilização essa que funcionaria, então, tanto como gesto de interpretação, quanto como categoria de análise, nos moldes do trabalho de Courtine (1981). Isso nos levaria a aceitar, como já sinalizamos, que a memória discursiva é lacunar (pois aí interfere a posição-sujeito que a mobiliza), ao passo que o interdiscurso é saturado de sentidos – tudo está lá. Se nosso entendimento se sustenta, a noção de interdiscurso, então, não poderia ser colocada numa relação de equivalência com a de memória discursiva. (CAZARIN, 2010, p. 5)

Sendo assim, através da compreensão do funcionamento das formações discursivas e do interdiscurso é possível compreender o funcionamento da ideologia na constituição do sujeito e do sentido. O efeito de evidência do sentido corresponde ao efeito de interpelação- assujeitamento do sujeito discursivo.

#### **4.6 Autoria e Esquecimentos**

É comum pensarmos que somos autores de nossos discursos, que temos autonomia sobre ele. Isso se deve à memória discursiva afetada pelos chamados esquecimentos. Orlandi (2005) explicita que, segundo Pêcheux, temos duas formas de esquecimento no discurso: o esquecimento número dois, que se refere ao fato de enunciarmos de uma forma e não de outra, e acreditarmos que tal enunciado só podia ser dito com aqueles termos. Dizendo de outro modo, elegemos algumas formas e sequências e “esquecemos” e/ou ocultamos outras. Fazendo-nos não perceber conscientemente que o dizer sempre pode ser outro. Segundo Orlandi,

essa impressão é denominada ilusão referencial nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim. (ORLANDI, 2005, p. 35)

O esquecimento número um é de natureza inconsciente e ideológica, sendo inacessível ao sujeito. É esse esquecimento que faz termos a ilusão de que somos a origem do dizer, criadores absolutos de nossos discursos, quando na verdade o que fazemos é a retomada de sentidos preexistentes, é da ordem do ideológico, resulta do modo como somos afetados pela ideologia.

Na realidade, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como se originando em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isso que significam e não pela nossa vontade. (ORLANDI, 2005, p. 35)

Nosso dizer é sempre um já-dito, nos apropriamos desses dizeres para construir nosso discurso. Essa apropriação/escolha não é aleatória, depende de fatores como as condições de produção da enunciação, da formação discursiva e ideológica de cada sujeito.

#### **4.7 O Real, o Simbólico e o Imaginário.**

Conforme vimos mencionando em nossa pesquisa, nosso objetivo é tratar como se dá a produção dos efeitos de sentido das sequências discursivas por parte dos consumidores do produto. Dessa forma, entendemos ser imprescindível uma explanação dos conceitos de real, simbólico e imaginário para a AD.

Sabemos que a AD é uma teoria que mobiliza três regiões do conhecimento: a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise. Talvez, a AD, por ser uma disciplina de entremeio, comporte o que há de mais significativo das outras áreas do conhecimento. E é da Psicanálise que a Análise do Discurso constitui as noções de real, simbólico e imaginário, precisamente da obra de Lacan.

O imaginário visto pelo viés da AD é um deslocamento da concepção de imaginário da Psicanálise e da Filosofia, aproximando a questão da “construção do eu” (ilusão do sujeito) e a questão da instituição da sociedade (a invenção). Sendo assim, o imaginário em AD está vinculado à constituição do sujeito e aos mecanismos de projeção desse sujeito na sociedade.

Ao estudarmos a noção de *imaginário* na AD é necessário levar em conta a premissa, segundo Orlandi (apud Petri, 2004, p. 121) de que “não há relação direta entre o mundo e a linguagem, entre a palavra e a coisa.” O que existe é ilusão de que tal relação se dá de forma direta, porque o imaginário produz esse efeito de sentido. Segundo Petri (2004), o que existe é um “efeito de evidência” que se realiza quando o sujeito acredita que o discurso o remete de forma direta a uma realidade empírica. Em AD, é a relação entre sujeito e história que provoca a eficácia do imaginário.

O *simbólico*, por sua vez, representa o imaginário, isto é, é ele que estabelece as possibilidades da relação entre o sujeito e o mundo (natural e social). Sobre isso, Petri (2004, p. 122) postula que “a constituição do sujeito e do sentido depende do simbólico para se efetivar, considerando que o simbólico se manifesta pela linguagem e depende da interpretação do sujeito para significar.” Dessa forma, o *simbólico* não tem um único sentido, está aberto a diversas significações, dependendo necessariamente da interpretação do sujeito.

Tudo aquilo que não couber no *imaginário* será comportado pelo *real*. É no real que encontramos a dispersão, a imperfeição, a falta, a não linearidade, a descontinuidade, a incompletude e o contraditório, que constituem o sujeito e o sentido no discurso. Em outras palavras, é por meio dele que podemos ver o sujeito além do efeito ilusório de origem e controle dos sentidos (Petri, 2004, p. 122)

## 5. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Conforme antecipamos no capítulo referente à metodologia, as análises serão realizadas a partir de sequências discursivas encontradas em charges extraídas de ambientes midiáticos.

### SD 1



Conforme mencionamos a charge é definida pelo exagero nos traços físicos e de caráter. Sendo assim, analisemos primeiramente o desenho dos personagens: temos um modelo de família com pai, mãe e dois filhos, entretanto para salientar a classe social da família são postos duas crianças, uma destas está sem camisa e com pés descalços, o cabelo e o vestido da mãe também aparecem como traços importantes na análise, ambos típicos estilos da classe baixa.

Definido que se trata de uma família pobre com uma criança recém-nascida solicitando o auxílio, analisemos o efeito de humor causado pela charge. O pai ao solicitar quais eram os documentos necessários para ser beneficiado é informado que precisa somente o título de eleitor, o que nos leva a perceber que o discurso ecoa de um sujeito-autor que define claramente o Bolsa Família como estratégia eleitoreira, isto é, moeda de troca, benefício liberado mediante voto garantido.

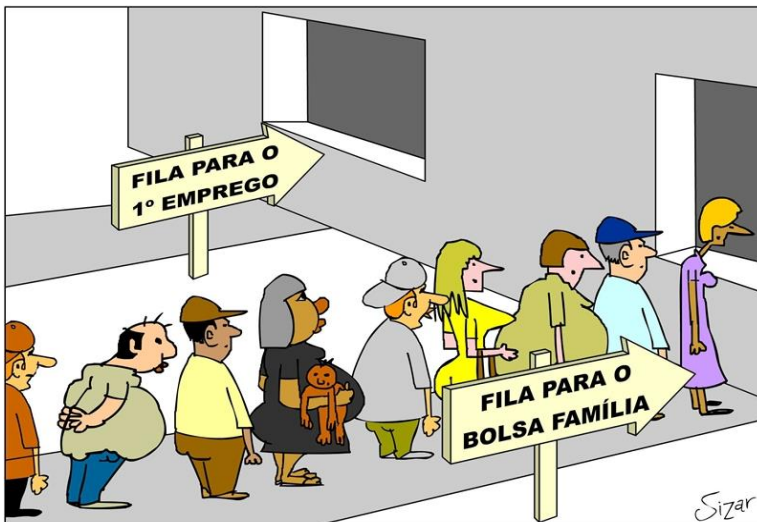
Este sujeito provavelmente está inscrito numa Formação Discursiva contrária ao programa, dessa forma deve enunciar conforme sua Formação Ideológica determina, isto é, ele busca no interdiscurso enunciados que comprovem sua

aversão a essa Política Pública. Percebe-se claramente que o sujeito descreve as famílias beneficiadas com preconceito, pois as ridiculariza ao desenhar uma criança sem camisa e descalça, e a com um filho ainda pequeno no colo, denunciando que os beneficiários têm filhos apenas para receber e que não cuidam adequadamente dos mesmos.

Podemos dizer ainda que os próprios criadores do programa, de acordo com a ilustração, admitem que ele é uma forma de angariar votos e garantir a permanência deles no governo, visto que estabelecem o título de eleitor como único documento necessário à inscrição para o programa.

O efeito de evidência é fruto do imaginário, que faz com que o sujeito crie a ilusão da transparência de sentido, somente essa forma de interpretação é possível, dado a percepção ilusória de que há uma relação direta entre o mundo e a linguagem, esta última marcada pela ideologia do sujeito que é comportada pelo imaginário.

## SD 2



Nesta SD não temos diálogo, porém há, sem dúvida, transmissão de discurso. Observando a ilustração percebemos que temos duas opções de fila, uma para obtenção de 1º emprego e outra para obtenção do benefício do Bolsa Família, esta última está cheia enquanto que a ao lado permanece vazia.

Mais uma vez o sujeito busca na rede de dispersão, interdiscurso, um sentido que traduza o repúdio dos beneficiários ao trabalho, preferindo enfrentar uma fila

consideravelmente grande de inscrições ao invés de procurar um emprego. Há uma posição político-histórica presente nessa charge, o qual Marx definiu muito bem, consiste num discurso burguês em que o proletário deve permanecer submetido ao detentor dos meios de produção, neste caso, as indústrias, pois é de conhecimento de maioria da sociedade que filas de emprego geralmente ocorrem para trabalhos em indústrias de larga produção. Recorrendo à Constituição Federal, outro sujeito compartilhando da mesma FD do sujeito-autor da charge, poderia argumentar com o fato de que “somos todos iguais perante a lei”, no entanto isso não é possível devido à propriedade privada dos meios de produção.

Podemos observar na ilustração que o sujeito-autor coloca a fila com estereótipos diferentes de participantes, percebemos pessoas com características da classe baixa, classe alta, jovens, idosos. Ao ilustrar vários estereótipos de beneficiários podemos depreender outro discurso, aquele que denuncia a falta de fiscalização por parte dos órgãos governamentais responsáveis pela presente Política Pública, isto é, qualquer pessoa pode receber desde que omita informações, pois certamente não será descoberta dada a falha no sistema fiscalizatório. Mais uma vez o sujeito-autor transfere sua ideologia para sua produção propagando-a para demais sujeitos que se identificarão caso estejam inscritos na mesma FI.

Por último observa-se que a fila vazia conta com a identificação de 1º emprego, fato que denuncia que os beneficiários nunca trabalharam, sobrevivem “desde sempre” dessa renda. O que seria uma total incoerência dado que o Bolsa Família teve sua criação em 2003 através da unificação com outros programas de transferência de renda criados pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, o que torna distante a ideia de que os beneficiários do Bolsa Família nunca tenha trabalhado antes da criação do programa.

Essa forma do enunciar do sujeito-autor resulta dos esquecimentos definidos na Análise do Discurso, o sujeito que enuncia acredita que aquilo só pode ser dito naqueles termos, ocultando tantas outras possibilidades de enunciação. O mesmo acontece com o sujeito que é levado a interpretar, não percebe que o seu dizer pode ser outro, ignora outros dizeres e formas de interpretação, esse efeito é produzido pela ideologia nos dois casos.

## SD 3

## Boataria



Conforme fizemos nas sequências anteriores analisaremos primeiramente a ilustração: temos o desenho de uma família, composta pela mãe e aparentemente mais nove filhos sendo que o décimo está sendo gestado, o pai não aparece, mas existe, afirmação comprovada pelo comentário trazido pela genitora. À mesa temos a Presidente Dilma Rousseff com uma urna ao seu lado identificada com o termo Reeleição e outras identificações do programa Bolsa Família.

Observemos o item lexical “sústo”; percebe-se que está escrito de forma graficamente errada, fato que demonstra que o sujeito que enuncia tem o objetivo de mostrar que os beneficiários do programa são ignorantes, inferiores ao restante da população. Episódio que também pode ser analisado historicamente, pois ao longo de anos as diferenças sociais se acentuaram, o que provocou grande disparidade também no que se refere à instrução escolar, essa circunstância foi utilizada pelo sujeito-autor como um recurso para demonstrar a qual FD ele está inscrito e fazer com que o sujeito-leitor se identifique ou não com o discurso pejorativo em relação ao pobre.

O segundo recurso utilizado foi o de fazer com que os leitores da charge ativassem o discurso de que toda família favorecida é composta de muitos filhos que só aumentam dada a característica do benefício ser ajustado de acordo com a quantidade de filhos fazendo com que este outro sujeito compartilhe e se inscreva

na mesma FD que o primeiro que enuncia. Há um real da história que é inacessível aos sujeitos é ele que permitiria outras interpretações e mostraria que não é possível termos controle dos sentidos como acreditamos ter.

Há ainda que se analisar a decepção da mulher de pensar que seu marido teria que voltar a trabalhar, nos remetendo ao ideário comum de que quem recebe o Bolsa Família sobrevive dele, sem precisar de nenhuma outra fonte de renda, e isso os configura como “vagabundos” cuja única função é procriar. Diante disso, na charge, a presidente parece concordar dizendo que também teve um susto, mas que não passava de um boato “tamanho família”, associando esse outro item lexical à dimensão do programa, o susto foi tão grande quanto o tamanho do mesmo querendo nos dizer que ele é realmente grande.

Por último notemos a urna eletrônica com a identificação de “reeleição” na frente, nos levando ao efeito de sentido de que a Presidente usa o Bolsa como estratégia para se manter no governo. Pode-se perceber que o discurso utilizado nos conduz à ideia de “os fins justificam os meios”, ou seja, para alcançar o poder vale tudo. Não há uma preocupação com o bem estar social e sim somente com o individual. Há claramente nessa SD uma inversão da realidade operada pela ideologia da classe dominante.

O senso comum é fator relevante na interpretação, pois ele é resultado de uma irreflexão, uma deficiência de comprovação do que se está falando. Logo, os sujeitos que enunciam definindo os beneficiários como preguiçosos, o programa como sustento a vagabundo e recurso eleitoreiro, não tem conhecimento dos dados e estatísticas da Política Pública que mostra outro cenário.



## SD 4



Analisando primeiramente a ilustração, o que temos é um pai e um filho, o primeiro aparece com um peixe nas mãos dizendo que o ganhou do Bolsa Família, o filho pergunta intrigado e confuso o que aconteceu com o “papo” que se deve aprender a pescar.

Nessa SD percebemos o discurso de que não adianta receber tudo pronto o ideal é que se aprenda como se constroem e se produzem as coisas. Esse discurso alude a máxima “Não se deve se dar o peixe, deve se ensinar a pescar” presente no ideário comum quando se fala no polêmico programa social em questão, essa alegação é feita como argumento para criticar o governo dizendo que o melhor caminho não é dar dinheiro para as famílias e sim ensiná-las como fazer para recebê-lo através do trabalho.

Mais uma vez o sujeito-leitor é levado a buscar o discurso capitalista liberal no qual se acredita que você é o único responsável pelo seu sustento e acúmulo de patrimônio, seu sucesso ou fracasso depende do seu desempenho, o Estado não deve interferir com benefícios ou qualquer outro tipo de auxílio. De forma egoísta o sujeito é levado a produzir um efeito de sentido que vai ao encontro do que o sujeito-autor pretendia, pois é inconcebível que “alguns trabalhem para sustentar os outros”.

As Condições de Produção desse enunciado são inúmeras e ultrapassam as barreiras do tempo, o assujeitamento provocado pela ideologia não deixa o sujeito-leitor perceber que em se falando de políticas sociais o famoso dito popular não é a melhor solução nem argumento. Em uma sociedade em que a pobreza e a miséria

sempre se fizeram presentes em escala crescente, a erradicação das mesmas não é possível sem políticas de transferência de renda. Há um mascaramento da realidade através da ideologia.

Mesmo que o sujeito-autor tente nos dar um efeito de sentido relacionando a pobreza com o fato de não trabalhar, é necessário entendermos que mesmo trabalhando na maioria das vezes grande parte da população continua pobre, pois essa condição social quase sempre é fruto de baixa remuneração e exploração do trabalho. Essa última por sua vez ocorre pela baixa escolaridade do trabalhador, logo a solução é o investimento na educação, entretanto mesmo que milagrosamente conseguíssemos uma educação perfeita hoje, teríamos de esperar pelo menos 20 ou 30 para que esses sujeitos começassem a se inserir no mercado de trabalho com remunerações mais justas conforme coloca Medeiros na reportagem da revista *Época*:

Existem outras opções para erradicar a pobreza nas próximas décadas e tudo mostra que a solução real do problema passa por uma combinação de muitas delas. Uma opção que não pode ser afastada é a das políticas de transferência de renda que beneficiem grandes contingentes da população. Em muitos casos elas são a única saída viável para a pobreza. Portanto, se queremos realmente erradicar a pobreza no país, devemos nos acostumar com o fato de que nos próximos 20 ou 30 anos será preciso dar o peixe enquanto se ensina a pescar.

Ademais o discurso dessa SD se desfaz quando analisamos como o programa se constrói. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) o Bolsa Família possui três eixos principais o um deles focado na transferência de renda que promove o alívio imediato da pobreza, outros com foco na condicionalidades que reforçam o acesso aos direitos sociais básicos na áreas de educação, saúde e assistência social, e por último as ações e programas complementares objetivando o desenvolvimento das famílias de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. Observado isso o governo estaria sim ensinando a “pescar”.

Reiteramos que o assujeitamento provoca a ilusão de uma evidência de sentido para o sujeito, desta forma o mesmo não consegue dar outro sentido para o

presente enunciado senão o que mencionamos acima, ele é de tal forma interpelado pela ideologia que este discurso se naturaliza para ele em detrimento a tantos outros possíveis.

## SD 5



Vários aspectos podem ser analisados nesta ilustração, primeiramente percebemos que se trata de mãe e filho, ela avisa novamente para o filho não estudar, pois se ele estudar muito perderão o benefício do Bolsa Família. A imagem denuncia ainda que a região onde o diálogo acontece é o Nordeste do Brasil, observadas as condições do solo e a lata de água que a mãe leva nas mãos, ao fundo vimos o que parece ser a moradia desta família uma casa muito pequena no meio do nada, todas características comuns desta parte do Brasil.

Nesta sequência o sujeito-autor transmite o discurso de que os beneficiários preferem permanecer recebendo o valor pago pelo Bolsa Família a estudar e sair das condições de miséria. Constatação feita a partir do alerta que a mãe faz ao filho para que não estude muito, pois se ele estudar e conquistar a independência financeira o auxílio será cortado, que o melhor seria continuar naquelas condições da ilustração ao invés de estudar e capacitar-se para o mercado do trabalho.

Podemos perceber um discurso mesquinho nessa SD, aquele do sujeito que acha possível sobreviver com pouco mais de R\$ 300,00, que acredita que toda forma de ajuda social, é uma forma de populismo, assistencialismo ou paternalismo. É a evidência de que estamos longe de viver em sociedade, compartilhando tudo o

que ela oferece e cooperando para o bem estar dos indivíduos que dela fazem parte. Juremir Machado (2013) sintetiza muito bem o “espírito” mesquinho adotado pela maioria dos sujeitos inscritos numa ideologia que é contrária a programas sociais:

Nessa lógica, o mesquinho promete o futuro, não se lembra do passado e ignora o presente. Explora sofismas, meias verdades e mentiras inteiras como formas de justificar a sua indiferença pelo sofrimento dos outros. Espalha que o assistencialismo gera preguiça. Faz crer que a maioria das pessoas vai preferir viver com R\$ 70 sem trabalhar a viver com R\$ 700 trabalhando. (...) Essa é uma das asneiras mais difundidas por espíritos malignos, gente ruim, ideólogos da maldade, mas, principalmente, mentes toscas. Isso até pode acontecer de maneira marginal, mas jamais, estatisticamente falando, como tendência global. Viver bem, com trabalho, continua sendo mais interessante para a maioria do que viver mal sem trabalho. Salvo quando a alma do indivíduo alquebrado já está saturada e ninguém mais pode lhe incutir esperança, o que ocorre quando o sistema atrofia o gosto pela vida (...) O mesquinho passa o dia repetindo chavões como se fossem pilares da modernidade. Acredita, como uma anta, que toda crítica aos excessos do capitalismo é uma defesa do comunismo. Vê em toda ressalva do modo de vida americano, marcado pelo consumismo, uma adesão ao estilo de vida cubano.

Sujeitos que produzem efeitos de sentido como os supracitados jamais entenderão a importância de políticas como as do programa, permanecerão repetindo discursos falaciosos e comportamentos, frutos das Condições de Produção de sua enunciação. As posições sociais, bem como a ideologia sempre determinarão o que pode e deve ser dito.

Observando que a ilustração nos remete à região Nordeste, percebemos que o sujeito-autor é conhecedor daquela realidade, bem como do fato que a maior parte dos beneficiários lá reside e por isso representam os beneficiários do programa. Podemos depreender um efeito de sentido preconceituoso, pois estes nordestinos não estão nesta condição por escolha e sim por condições históricas.

Os fatores históricos que consolidaram o Nordeste como região mais pobre do país, com um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano, vão além da situação climática como grande parte do sujeitos acha. A informação que parece ser

omitida por esse sujeito-autor é que muito dinheiro foi destinado à região ao longo dos anos, o suficiente para implantar projetos para melhoria das condições hídricas da região, no entanto, grande parte da verba foi desviada e a maior parte dela se destinou a grandes latifúndios que geralmente pertenciam a políticos influentes da região, de acordo com Pena:

Assim, na opinião de muitos críticos<sup>2</sup>, a indústria da seca funciona da seguinte forma: prometem-se melhorias para a população e oferecem-se ações de caridades (como cestas básicas) em troca de votos. Depois de eleitos, os políticos atuam para atender aos interesses dos grandes latifundiários, que geralmente financiam as suas campanhas. Por fim, exagera-se na mídia o problema da seca a fim de angariar mais recursos que raramente são bem utilizados em prol da população local. Apesar disso, essa realidade vem lentamente mudando nos últimos anos. (...) Portanto, para melhor resumir, podemos atribuir a questão da seca do Nordeste a três principais fatores: naturais (de ordem física e climática), históricos (heranças da colonização) e políticos (relacionados à indústria da seca).

O que acontece então é que um povo é punido e menosprezado através de um discurso pejorativo de uma realidade que não contribuíram para construir. Discurso esse que se consolidou por práticas corruptas históricas daqueles que deveriam zelar pela própria região e acabaram por atender somente os interesses individuais. O efeito de evidência de sentido é tão forte que o sujeito-leitor é novamente interpelado pela ideologia significando somente daquela forma em detrimento a tantos outros efeitos de sentido.

## SD 6



Essa SD se assemelha a anterior, visto que ambas parecem acontecer no mesmo local geográfico, nesta temos características típicas do Nordeste como o solo, a vegetação, a bodega. O que diferencia esta da anterior é o diálogo, a esposa fala da bolsa amniótica da gravidez, informando o marido que ainda não está no tempo de estourar, o marido por sua vez diz que a Bolsa Família faz tempo que estourou na bodega do Joca. A ilustração traz ainda discursos já explorados nas charges anteriores, a da família que sobrevive do benefício e a mulher grávida para aumentar o valor recebido do governo.

O sujeito-autor denuncia o fato de os beneficiários do programa gastam o dinheiro do Bolsa Família com seus vícios. Bodega no Nordeste significa local de venda e consumo de bebidas alcoólicas, é sem dúvida novamente um discurso pejorativo e preconceituoso atribuído aos habitantes desta região, o Nordestino é colocado em situação de viciado, que o auxílio então só sustentaria seu vício.

O discurso explicitado acima está presente no ideário comum, nordestino é preguiçoso, viciado, pobre e ainda assim recebe regalias do governo federal. O que esta oculto é que nem sempre o Nordeste foi assim o Nordeste era o centro da produção açucareira e a região mais rica e povoada do nosso território, a partir do século XIX a economia estagnou-se e começaram as dificuldades que se

intensificaram com a falta de Políticas Públicas na região desde o tempo do Brasil colônia, o resultado é que hoje o Nordeste possui os salários mais baixos do país, e uma das maiores concentrações de miséria do Brasil, a renda e a riqueza continuam concentrando-se nas mãos de poucos.

Esse povo tratado com tanto desprezo por habitantes das demais regiões do país é simplesmente condenado a isso por uma conjuntura que não ajudou a construir, um fenômeno climático e político torna-os excluídos e dependentes de ações assistencialistas que são condenadas pela maioria da população que não vive essa realidade. A atitude de tratar os nordestinos quase como criminosos reflete o discurso egoísta que não permite benefícios diferenciados a sujeitos em situações diferenciadas, é como se dissessem: “se eu não ganho, eles também não devem ganhar”. O professor da Universidade de Columbia nos explica o sentimento presente nas demais classes não beneficiadas:

(...) Eu, como economista, vejo as evidências empíricas, vejo o gasto, vejo o resultado, e concluo que esses programas são razoáveis, têm um alto retorno social e econômico. Mas o debate no Brasil é muito envenenado, quem não recebe Bolsa Família acha que quem recebe deveria perder esse direito, que o dinheiro é dado em troca de nada, que estamos diminuindo o esforço e trabalho no setor mais pobre”, declarou. (...) Mas não houve um debate rico na sociedade de entender, como eu acho que pode ser demonstrado, que o Bolsa Família é bom para todo mundo, não é apenas uma caridade, uma benevolência de um governo interessado. Esse tipo de gasto deveria ser preservado”, argumentou. “O que estou assinalando é que o fato de que a Bolsa não vai para a classe média ou classe média alta faz com que elas se oponham e queiram cortar esse gasto. Mas o que favorece a classe média – como acesso gratuito à universidade, subsídios, pensões, emprego público – não querem de jeito nenhum cortar. Esses gastos eles acham super produtivos. É até um direito do cidadão de classe média. (Thomas Trebat, 2015)

Fica clara a aversão de alguns sujeitos pela classe pobre, tão evidente que até mesmo sujeitos externos à nossa realidade percebem as vantagens dos programas de transferência de renda para a economia e diminuição das condições de vulnerabilidade das famílias. Esse comportamento individualista é fruto de uma

sociedade regida pelo capital, em que aqueles que o detém são possuidores da razão, ou seja, significa que as ideologias propagadas por esses sujeitos são consideradas verdades absolutas e inquestionáveis principalmente por aqueles que deveriam as colocar em dúvida por pertencerem a classes inferiores a dos donos dos meios de produção.



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a exposição e as análises feitas podemos perceber claramente como a ideologia deforma e mascara a realidade. Os sujeitos não conseguem perceber que a realidade não lhes é transparente, e por isso são assujeitados por essa falsa percepção do mundo, transmitida por uma visão de uma classe burguesa, buscando aparentar que seus interesses são os mesmos interesses do coletivo, construindo assim uma hegemonia deste grupo.

Trouxemos à discussão em nosso trabalho um tema polêmico e explicitamos os discursos construídos a partir dele, o que se estabelece é uma luta de classes velada, em que a classe baixa está sempre em desvantagem, não por fatores quantitativos, nem só pela disparidade na distribuição de renda, mas por essa mesma classe por incontáveis vezes assumir o discurso burguês que em hipótese alguma busca melhores condições para esses sujeitos, entretanto dissimula esse interesse para conquistar mais adeptos a sua ideologia capitalista lucrativa.

Percebemos um desconhecimento significativo de fatores históricos por parte dos brasileiros, que julgaram situações sem a mínima consideração de um contexto histórico social construído no decorrer de muitos anos. Propagaram discursos preconceituosos e irresponsáveis, mostraram todo seu egoísmo para com aqueles que não tiveram as mesmas oportunidades e que “desgraçadamente” nasceram em regiões e em famílias desfavorecidas economicamente.

Há um esquecimento ou desconhecimento de direitos sociais básicos previstos na Constituição Federal, como educação, saúde, moradia e alimentação. Se para a obtenção for necessário exigir da ordem social uma intervenção, assim deverá ser, isso acontecerá através da atuação estatal. É o que o governo tenta fazer por meio do programa de transferência de renda Bolsa Família, tão incompreendido e criticado por mentes egoístas e comportamentos capciosos.

Os comportamentos e discursos tão controversos e dissimulados são resultado de um “verdadeiro retrocesso quanto à noção de bem público e de solidariedade, do qual é emblemático o encolhimento das funções sociais e políticas do Estado”, afirma Santos (2012). Com tais atitudes não é possível um país mais justo é igual como propõem nossos governantes.

O presente trabalho, numa reflexão mais aprofundada, ultrapassa o âmbito de análise apenas desta Política Pública denominada Bolsa Família, para significar num todo muito maior: a sociedade e seus discursos. Reiteramos a divisão de classes instalada, em que ricos sentem-se superiores e são tratados como tal, o lucro é o bem maior numa sociedade regida pelo capital.

Não é possível garantir igualdade de direitos num contexto em que os próprios cidadãos do meio exercem forças contrárias a essa equidade. O capitalismo já foi incorporado pela cultura ocidental de tal forma que é o único meio aceito para o alcance de ascensão social, individual e reconhecimento público, significa dizer que este sistema garante poder através do crescimento financeiro. Essas crenças são sustentadas por discursos que garantem igualdade de condições na busca por esse crescimento.

Diante desse efeito de fechamento de nossa pesquisa, a conclusão que sintetiza a percepção dos discursos analisados, é a carência de reflexão dos sujeitos. As enunciações são feitas como meras repetições de comportamentos, essa reprodução irreflexiva provoca danos quase irreparáveis nesses sujeitos transformados que são pela ideologia dominante. A sociedade fica fadada a atender os interesses de uma minoria dominadora que se preocupa apenas com o seu crescimento financeiro individual em detrimento daqueles que são prejudicados dentro desse contexto.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J.E.D. **René Descartes e a luta contra o senso comum e os preconceitos.** (2011). Disponível em: <<http://opensadorselvagem.org/ciencia-e-humanidades/demografia/rene-descartes-e-a-luta-contr-o-senso-comum-e-os-preconceitos>> Acesso em 21/03/2015.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Capitalismo dos Técnicos e Democracia**, Revista Brasileira de Ciências Sociais, 20 (59), outubro 2005: 133-148. (Definição de capitalismo).

CAZARIN, E.A. 2010. **Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula.** Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2005.

CHAUÍ, M. História a contrapelo. In: DECCA, Edgar De. 1981. **O silêncio dos vencidos.** Editora Brasiliense. São Paulo, 1984.

COELHO, R.C. **Estado, Governo e Mercado**, Departamento de Ciências da Administração/UFSC Florianópolis; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009. 116p. : il. (definição da apostila estado).

FERREIRA, L.M.C. **Glossário de termos do discurso.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005.

GREGOLIN, M. **Olhares oblíquos sobre o sentido no discurso.** In: GREGOLIN, Maria. BARONAS, Roberto (org). **Análise do Discurso: as materialidades do sentido.** São Carlos: Editora Claraluz, 2003.

LÖWY, M. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista.** São Paulo: Cortez, 1995.

ORLANDI, E.P. **Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos.** Campinas, Pontes, 2005.

ORLANDI, E. P. *Discurso, imaginário social e conhecimento.* Texto não publicado. 1995.

PÊCHEUX, M; FUCHS, C. **A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas.** In. GADET, F; Hak, T. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993, p.163-245.

PETRI, V. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em Contos Gauchescos, de Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Letras. Porto Alegre, 2004.

TOMAZI, N.D. [et al.]. **Iniciação à Sociologia.** São Paulo: Atual, 2000. SOUZA, C. **Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa,** Caderno CRH 39: 11-24. 2003.

SANTOS, M. **Por Uma Outra Globalização: do Pensamento Único à Consciência Universal.** 22ª ed. Rio de Janeiro, Record, 2012.

SILVA, C.L.M. e. O trabalho com charges na sala de aula. Pelotas, RGS: UFRGS, 2004.

WEBER, M. 1967-1968. **Ciência e política-duas vocações.** Editora Cultrix. São Paulo. 1999.

Focalização de Políticas Públicas. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/publications/mds/39M.pdf>> Acesso em 29/01/2015.

Bolsa Família. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em 30/01/2015.

Bolsa Família. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/574778.pdf>  
[Lei 10.836.](#)> Acesso em 20/03/2015.

A origem do ódio contra os nordestinos Nilson Mariano. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/eleicoes-2014/noticia/2014/10/a-origem-do-odio-contra-os-nordestinos-4630415.html>> Acesso em 04/04/2015.

Definição de Políticas Públicas. Disponível em <[http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O\\_que\\_sao\\_Politicasp\\_ublicas.pdf](http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_Politicasp_ublicas.pdf)> Acesso em 06/04/2015.

As Três Definições de Sociedade. Disponível em:  
<[http://www2.ifrn.edu.br/ppi/lib/exe/fetch.php?media=textos:cap02:03\\_classicos\\_sociologia\\_sociedade.pdf](http://www2.ifrn.edu.br/ppi/lib/exe/fetch.php?media=textos:cap02:03_classicos_sociologia_sociedade.pdf)> Acesso em 25/03/2015.

Dicionário de Verbetes. Disponível em: <<http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=120>> Acesso em 22/03/2015.

Dicionário Informal. Disponível em:  
<<http://www.dicionarioinformal.com.br/democracia/>> Acesso em 22/03/2015.

Dar o peixe ou ensinar a pescar? Marcelo Medeiros. Disponível em:  
<<http://epoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR60523-6016,00.html>> Acesso em 02/04/2015.

Por que no Nordeste há seca? Rodolfo Alves Pena. Disponível em  
<<http://www.brasilecola.com/brasil/por-que-nordeste-seco.htm>> Acesso em 10/04/2015.

Professor da universidade de columbia elogia o bolsa família. Disponível em:  
<<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/04/professor-da-universidade-de-columbia-elogia-o-bolsa-familia.html>> Acesso em 17abril 2015.

Senso Comum. Disponível em <<https://www.psicologiamsn.com/2013/02/psicologia-ciencia-e-senso-comum-algumas-questoes.html>> Acesso em 16/04/2015.